

## TRANSFORMAÇÕES SOCIO-TERRITORIAIS E CONFLITOS NA AMAZÔNIA: Notas sobre Belém e Santarém

Sandra Helena Ribeiro Cruz <sup>1</sup>

Ana Caroline dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

Taynáh de Nazaré Argolo Marinho<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como centralidade os conflitos sociais produzidos a partir do processo de produção das cidades na Amazônia. O estudo se desenvolveu nos municípios de Belém e Santarém, constatando-se alterações sócio territoriais estimuladas, sobretudo pela lógica capitalista de apropriação do território, que têm despontado conflitos pela permanência na terra por parte da população nativa, seja em áreas urbanas ou *periurbanas*. Nesse sentido, pretende-se trazer uma reflexão para o Serviço Social, das modificações no território amazônico e os seus rebatimentos para a população local e compreender como estes sujeitos têm se organizado em defesa dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Território, Conflitos, Amazônia.

**ABSTRACT:** This article is central social conflicts produced from the production process of the cities in the Amazon. The study was developed in the cities of Belem and Santarem, noting changes were stimulated territorial partner, especially by the capitalist logic of land ownership, that have blunted the conflicts remain on the land by the native population , whether in urban or peri-urban areas. In this sense , we intend to bring a reflection for Social Services, the changes in Amazonian territory and its repercussions for the local population and to understand how these guys have organized in defense of social rights.

**Key-Word:** Territory, Conflicts , Amazon.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Docente Associada II da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará e na Pós-graduação de Serviço Social, Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM). E-mail: [shelena@ufpa.br](mailto:shelena@ufpa.br)

<sup>2</sup> Graduanda do 7º Semestre Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFPA, vinculada ao Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM)E-mail: [1904carolineferreira@gmail.com](mailto:1904carolineferreira@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do 7º Semestre Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFPA, vinculada ao Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM). E-mail: [taynah.a.marinho@gmail.com](mailto:taynah.a.marinho@gmail.com)

## 1- INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de Pesquisas realizadas pelo Laboratório de Pesquisas e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFPA. O objetivo central deste artigo é evidenciar a emergência de conflitos sociais no contexto contraditório de produção das cidades amazônicas. Nesta região as cidades têm sido uma das bases para o processo de acumulação capitalista, alterando as estruturas sociais e culturais da organização espontânea das populações locais, provocando os conflitos e os movimentos de resistência pela posse e permanência na terra.

O estudo elegeu as cidades de Belém e Santarém, no estado do Pará como *lócus* da pesquisa, em que cada uma delas apresenta diferentes implicações em seus processos econômicos, políticos, culturais e sociais. No entanto, identificam-se semelhanças em ambas as cidades, em vista de estarem entrelaçadas por uma lógica capitalista de apropriação do território, mercantilizando-o em benefício do capital, com o fim último de subjugar suas potencialidades para fins financeiros.

A pesquisa foi referenciada teórica e metodologicamente pelos autores da teoria marxiana, tais como: Friedrich Engels (1985), Henri Lefebvre (2001) e Jean Lojkine (1981), que elucidam no plano global a produção das cidades capitalistas, e aqueles que contribuem no plano local do contexto amazônico citam-se: Cruz (1994, 2012), Sá; Gayoso; Tavares (2006), Cruz; Castro; Sá (2010), Gayoso (2012), entre outros.

Engels (1987) nos ajuda a pensar o processo de separação entre campo e cidade em curso na Amazônia, pois, para o autor a primeira divisão social do trabalho se deu em decorrência da separação entre o rural e o urbano. Embora, os estudos de Engels datem do século XIX e reflita sobre a realidade europeia em pleno processo de industrialização fabril, o mesmo nos auxilia na análise dos conflitos sociais gerados a

partir da divisão social do trabalho que também tem na separação campo e cidade o lugar do conflito, com as frações das classes sociais se confrontando por meio do trabalho e da disputa pela ocupação de terras.

Nas cidades inglesas do século XIX, Engels ([19--]) verificou o movimento intenso de massas rurais atraídas para as grandes cidades que se convertiam em centros industriais. Enquanto que o traçado das velhas cidades já não correspondia às condições da nova grande indústria nem ao seu grande movimento. Em Belém verifica-se um processo de consolidação da urbanização através da política urbana que busca consolidar a urbanização por meio da infraestrutura que favorece principalmente o setor imobiliário e as indústrias instaladas nos municípios próximos e que se utilizam da logística oferecida por essa grande cidade amazônica. Citam-se os programas de macrodrenagem que tendem a garantir nova configuração urbana para Belém, os projetos de revitalização dos portos em grande parte das cidades amazônicas e a política do agronegócio, favorecendo a circulação de mercadorias produzidas nas cidades amazônicas, como é o caso da produção da soja em Santarém.

O processo de urbanização produzido segundo esta lógica revela ruptura, fragmentação e segregação, dada a lógica de apropriação privada da terra e dos meios de produção, fundada nas vantagens próprias à (re) produção do capital – instalações industriais, meios de comunicação e circulação (diferentes tipos de vias de escoamento de produtos, como por exemplo, rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e, mais recentemente, as chamadas superinfóvias, redes telemáticas de fibras óticas, TV a cabo etc.) – em contraposição àquelas relativas à reprodução da força de trabalho – moradias, equipamentos/serviços coletivos etc (CRUZ et al 2010, p194-195).

Assim, ao estudar esses processos nas duas cidades, observamos que tanto em Belém como em Santarém os projetos econômicos desenvolvidos pelo Estado e pelo mercado desterritorializam a população local e geram conflitos pela posse da terra, seja urbana, seja rural.

## **2. TRANSFORMAÇÕES SOCIO-TERRITORIAIS E OS CONFLITOS EM BELÉM: o PROMABEN em questão**

Belém é uma das principais metrópoles da região amazônica, apresentando um contingente populacional com estimativa de 1.439.561 habitantes distribuídos em uma área territorial de 1.059 km<sup>2</sup>, gerando uma densidade demográfica em torno de 1358,77 hab/km<sup>2</sup>, conforme dados do Censo (IBGE, 2015). Constitui-se no principal aglomerado urbano de sua região metropolitana (RMB), cujo crescimento demográfico deve ser associado ao fato de que no Pará há uma vinculação direta da situação de exploração da Amazônia, com a forma de como a

RMB se estrutura, em função dos projetos econômicos voltados à exploração mineral e energética localizadas no estado do Pará.

Segundo Cardoso et all (2007), na Amazônia Oriental, os projetos minerais e energéticos deixaram para Belém a posição de entreposto de serviços e de concentração de população de baixa renda, haja vista apresentar infraestrutura urbana, atraindo, grandes massas de trabalhadores que, sem trabalho e sem lugar para morar, acabam entrando numa disputa, principalmente com os setores do mercado imobiliário, pelo lugar de morar e trabalhar e vivenciando conflitos por acesso a terra urbana e à rede de serviços públicos.

Para Rodrigues (1996), nos anos 1970, a Amazônia viveu um vigoroso processo de afluxo populacional vinda do campo, particularmente das áreas de fronteiras de expansão, produzindo fenômenos como o inchaço dos grandes centros urbanos da região, a favelização, o desequilíbrio socioambiental e conflitos urbanos. Assim, a população pobre que chegava em Belém começou a ocupar as áreas urbanas a partir das áreas de baixada, consideradas abaixo do nível do mar e por isso alagadiças, sem infraestrutura urbana, mas localizadas nos bairros centrais da cidade, fenômeno que ocorreu até meados dos anos 1980, quando a população que veio morar nessa cidade iniciou um novo processo de ocupação, estimulados pela política de conjuntos habitacionais, a população de baixa renda e mesmo setores da classe média buscam ocupar as áreas localizadas no setor norte de Belém.

Em 1996, a prefeitura, por meio da Lei 7806/96 ampliou para 71 o número de bairros em Belém, revogando a Lei 7.245/84. Com o reconhecimento legal dos novos bairros, Belém assumiu nova configuração territorial com forte adensamento demográfico, acompanhado por intenso processo de especulação da terra urbana. Segundo Cruz (1994), foi nesses anos que a cidade sofreu transformações mais radicais, em que se presenciaram processos de desorganização e de reorganizações do espaço urbano regional, com o urbano assumindo papel de integração funcional da fronteira ao espaço global do capital.

Ressalta-se que, nesse contexto, os bairros que compõem a bacia hidrográfica da estrada Nova (BHEN): Jurunas, Cremação, Condor, Guamá e parte do bairro Cidade Velha, foram os primeiros a sofrerem o impacto do processo migratório interno do Pará, com alta densidade demográfica, disputas pela ocupação da terra e apropriação da moradia e trabalho num primeiro momento e em um segundo momento passaram a tencionar junto ao poder público pela demanda de infraestrutura urbana de saneamento, escola, postos de saúde etc. Primeiro foi a luta pela terra urbana e depois a luta por equipamentos urbanos e coletivos, ou seja pela urbanização das áreas alagadas ou alagadiças.

Mais recentemente, já no século XXI, após décadas de pressão ao poder público, a prefeitura municipal de Belém deu início ao Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (PROMABEN)<sup>4</sup>, com o intuito de resolver a questão do alagamento das áreas de baixadas existentes nos referidos bairros. O PROMABEN iniciou suas ações em 2009, a partir da assinatura de contrato de financiamento com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) no valor de U\$137.500,000, cujas ações iniciais a serem executadas em toda a extensão da Av. Bernardo Sayão (Estrada Nova) com aproximadamente 6km, são: a) Drenagem da bacia, b) Saneamento básico, c) Urbanismo e habitação, e d) Revitalização urbano-ambiental.

Considerando a extensão territorial da BHEN, o programa a dividiu em quatro sub-bacias para efeito de organização e intervenção em etapas. Assim, o PROMABEN deverá prever a macro e microdrenagem de quatro sub-bacias:

[...] a sub-bacia 1, que vai da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon, a sub-bacia 2, que vai da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva, a sub-bacia 3, que vai do canal da Quintino ao canal da travessa 3 de maio e a sub-bacia 4, que vai do canal da 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA) (CRUZ, 2012, P. 178).

O PROMABEN, sendo um empreendimento de grande porte e abrangendo toda a extensão da BHEN, faz necessário para a sua execução, a expropriação de residências, pontos comerciais e portos, como demonstra um trecho do Relatório de Impacto Ambiental encomendado pela PMB:

As áreas interferentes com as obras de implantação da macrodrenagem e as demais obras que visam a requalificação urbana e ambiental na bacia de Estrada Nova deverão estar livres da ocupação antrópica desordenada. O objetivo geral deste Programa de Remoção e Reassentamento é liberar estas áreas para implantar tais obras considerando o resgate da cidadania como condição para a sustentabilidade do PROMABEN (BELÉM, P. 2007, 81).

Embora o PROMABEN adote ações que pretendem responder as demandas da população residente nas áreas afetadas pelo programa, o mesmo interfere diretamente na questão da moradia na BHEN uma vez que a remoção das moradias geram conflitos entre a população e o poder público, sobretudo pela ausência de informações esclarecedoras, motivando insegurança quanto ao empreendimento e seus impactos. No que tange ao remanejamento das moradias localizadas à beira-mar, houve processo de resistência de duas vilas: A Vila Elaine e a Vila Santa Luzia, em relação às soluções previstas para a questão da desapropriação das moradias existentes nessas Vilas desde meados do século XX:

---

<sup>4</sup>O PROMABEN faz parte de uma intervenção urbanística mais ampla que reúne a urbanização da orla fluvial sul, por meio do projeto Orla e a macrodrenagem da Estrada Nova (PROMABEN), formando o denominado Portal da Amazônia. (CRUZ, 2012).

[...] existem vilas de casas que abrigam centenas de famílias residentes, por um tempo que se estende de 10 a 30 anos, e que a partir da intervenção do projeto foram demolidas em sua totalidade, com exceção da Vila Elaine e Vila Santa Luzia que até o presente momento resistem à ação de remanejamento (CRUZ, 2012, P. 220).

Segundo Malheiros (2009), os moradores da sub-bacia I, se organizaram e reivindicaram junto ao ministério público uma audiência pública, ocorrida em 2008, para que a PMB esclarecesse sobre o programa. Entretanto, desde 2010 a PMB tem desapropriado residências que nem sempre são usadas exclusivamente como moradia, e sim como moradia e trabalho, definidas pelo programa como unidades mistas. Inicialmente o programa previu a remoção de 2.129 residências, alterando a vida de pelo menos dez mil pessoas diretamente (MALHEIROS, 2009, P. 121).

Nesse sentido, verifica-se que o PROMABEN tende à alterar a fisionomia do território da BHEN que historicamente foi moldada pela dinâmica social e cultural dos sujeitos dessa região, obstruindo as formas de moradia e trabalho encontrado pela população, com a remoção das moradias e comércios em favor da revitalização da área, atendendo ao apelo feito pelo mercado ao Estado de se garantir infraestrutura urbanística capaz de tornar as áreas degradadas em condições de receber os investimentos feitos pelo mercado imobiliário nas áreas nobres revitalizadas. Esse processo, contudo, acontece sob intensos conflitos, uma vez que no cerne da questão:

[...] Dezenas de trabalhadores tiveram suas formas de produção desorganizadas, em decorrência da peculiaridade do trabalho da pesca, do comércio, do porto etc., gerando diferentes tipos de insatisfação à população originária da área [...] moradores que resistem em não sair do lugar, sem que tenham uma certeza sobre o seu futuro (CRUZ, 2012, P. 223).

Quem se beneficiará dos resultados do projeto? Para onde nós iremos depois? Porque depois que tudo estiver terminado outros virão para se apropriar de tudo que a gente sempre almejou. São questões levantadas tanto pelos moradores remanejados quanto por aqueles que permanecem nas áreas, mas que não se sentem seguros em seu lugar de moradia.

Contraditoriamente, os conflitos e resistências na BHEN não se colocam avessas ao PROMABEN, uma vez que as demandas por saneamento básico é histórica em Belém, pelo contrario, o que contestam é o modelo de política urbana excludente e segregativa, que não tem como centralidade a questão da moradia.

Nesse sentido, as transformações sócio territoriais decorrentes de intervenções urbanísticas como o PROMABEN, confirmam a concepção de uma política urbana que objetiva a produção de cidades capitalistas competitivas no mercado global, onde a fração das classes trabalhadoras não tem lugar, em vista de não possuir renda

suficiente para comprar e usufruir os bens coletivos produzidos no âmbito das cidades, como é o caso da terra urbana e dos equipamentos urbanos garantidos pelo Estado.

## **2- TRANSFORMAÇÕES SOCIO-TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DE SANTARÉM: a luta pelo território na terra indígena Maró**

No caso de Santarém, o estudo foi realizado na “Terra Indígena Maró” (TI Maró) localizada as proximidades da Reserva extrativista Tapajós Arapiuns. A microrregião é formada pela área urbana onde se concentram a rede de serviços públicos, atividades financeiras, portuárias e por uma área rural onde se encontram as áreas ocupadas por diversas comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e agricultores familiares que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência e a pesca, e também área onde se encontram as atividades do setor madeireiro e extensas áreas de cultivo de soja.

A partir dos anos 1990, as transformações em curso nesta região desencadearam os conflitos fundiários (envolvendo grilagem de terras, loteamento irregular, exploração ilegal dos recursos naturais e o desmatamento em áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais - com a intensificação da atividade madeireira – tendo como principal motivação a posse da terra entre as comunidades indígenas originariamente instaladas e os grandes empresários em função da supervalorização das terras. A Terra Indígena Maró localiza-se em uma área vizinha à Reserva extrativista Tapajós Arapiuns. Ambas as áreas fazem parte de uma Gleba de terras que está sob jurisdição do Estado e corresponde a uma área aproximada de 87.000 hectares, ocupada por 14 comunidades<sup>5</sup>.

A Terra Indígena Maró é formada por três comunidades indígenas (São José III, Novo Lugar e Cachoeira do Maró) que englobam as etnias Borari e Arapium (área estudada no Projeto de pesquisa). Nos últimos anos, essas comunidades passaram a demandar reconhecimento de sua identidade e de seu território, afirmando um posicionamento político em defesa do seu modo de produção e reprodução social, contrapondo-se à lógica de mercantilização da terra e dos recursos naturais.

Segundo Gayoso (2012), as demandas territoriais do movimento indígena estão associadas à rápida formação do mercado de terras e aos casos de violências e ameaças de expropriações das áreas habitadas por essas comunidades onde grileiros, madeireiros e, atualmente, sojicultores, usam mecanismos violentos de apropriação de terras. Um Dossiê, contendo 150 (cento e cinquenta) documentos dos estudos realizados, desde 2005, na região do Baixo Amazonas pela Comissão

---

<sup>5</sup> Ocupada por 14 comunidades: São Raimundo do Alto Aruã, São Francisco, Novo Paraíso, Cachoeira do Aruã, Gapó Açú, São Luís, Sociedade dos Parentes, Fé em Deus, Vista Alegre, Repartimento, Mariazinha e três comunidades indígenas da TI Maró;

Pastoral da Terra/CPT foi entregue ao Ministério Público Federal e à Secretaria de Meio Ambiente do Pará/SESMA, apontando os impactos da instalação do porto graneleiro da Cargill<sup>6</sup>.

Dados da CPT (2010) indicam que têm crescido o número de conflitos nos municípios Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Belterra e Aveiro que compõem a região do Baixo Amazonas paraense. A intensificação desses conflitos nessa região está associada com a instalação da empresa Cargillo que tem acirrado a disputa por terras com populações tradicionais.

A atuação das comunidades pertencentes à TI Mar no processo de demarcação territorial conta com o apoio do Grupo Consciência Indígena (GCI) e do Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA) que consolidam a articulação política na luta pelo território. Os membros da TI Maró passaram a se reconhecer como sujeitos coletivos de direitos, lutando não apenas pela garantia da terra, mas em defesa de suas práticas tradicionais, étnicas e ancestrais como a linguagem, crença e organização social que se configuram em um fenômeno coletivo. Em meados da década de 1990, a Terra Indígena (TI) Maró, distribuída em uma área aproximada de 42.373 há - localizada na Gleba Nova Olinda, considerada terra pública que passou a vivenciar conflitos socioambientais com a inserção de extração madeireira, planos de manejo florestais e, mais recentemente, as plantações de soja. (PEIXOTO, 2012; BRASIL, 2013).

Os estudos realizados pela Organização Não Governamental (ONG) Terra de Direitos, CPT e o Ministério da Justiça evidenciam a questão da reivindicação do direito territorial dos povos étnicos Borari-Arapium apresentando também a luta pelo reconhecimento de sua identidade cultural. Tal reivindicação baseia-se no direito à terra garantida tanto na Constituição Federal de 1988 como na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que asseguram o direito à terra ocupada tradicionalmente pelos povos indígenas.

Uma pesquisa de âmbito nacional realizada pelo Ministério da Justiça, e publicada em 2013, objetivou analisar as soluções executadas pelas instituições públicas envolvidas nos casos de conflitos fundiários em comunidades tradicionais no Brasil. No estado do Pará identificou-se o caso emblemático da Terra Indígena Maró, o relatório buscou esclarecer a atuação das Instituições Públicas envolvidas no caso como o Instituto Nacional do Meio Ambiente/IBMA, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Instituto de Terras

---

<sup>6</sup> Maior empresa norte-americana do setor agrícola e mundial de *commodities* agrícolas, a Cargill foi fundada em 1865, no Iowa/EUA. A multinacional norte-americana atua na comercialização, processamento e distribuição de produtos agrícolas e alimentícios; além de desenvolver atividades financeiras e industriais pelo mundo inteiro. (LEÃO; BANDEIRA, 2012, p. 03)

do Pará/ITERPA, Ministério Público Federal/MPF, Ministério Público Estado do Pará/MPE, entre outros. (BRASIL, 2013).

A pesquisa apresentou os três agentes sociais que têm participação direta nesse conflito: comunidades tradicionais localizados nas áreas de abrangência da Gleba Nova Olinda, grupos econômicos e instituições públicas. Foram observados os níveis de atuação da sociedade civil - como os membros das Comunidades Indígenas – integrantes das organizações/entidades representadas pelo “Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns” e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM) que denunciam os casos de violação de direitos, a exploração ilegal da madeira, grilagem, dentre outros. (BRASIL, 2013)

Ainda segundo o relatório do Ministério da Justiça (2013), as ações dos movimentos sociais e organizações populares se contrapõem aos interesses das atividades de extração madeireira que atuam da seguinte forma:

Pela via judicial, as empresas madeireiras moveram ações civis para a desobstrução do rio, pela restituição da madeira apreendida, a proibição de integrantes do movimento de entrarem nas áreas de manejo (inclusive os que se sobrepunham a TI Maró) e representação criminal pela prática de sequestro, cárcere privado, formação de quadrilha, ameaça, falsidade ideológica, incitação ao crime, entre outros (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 62).

A incorporação de novas áreas na Gleba Nova Olinda por madeireiros e sojicultores intensificou-se no período de 2003 a 2006. Esse crescimento foi facilitado pela ação do Governo do estado do Pará que concedeu 08 (oito) Autorizações de Imóvel Público (ADIP) na região do Rio Arapiuns, entre as quais 03 (três) concessões estão na Gleba Nova Olinda.

No ano de 2009, uma nova política voltada para a mediação dos conflitos fundiários na região foi adotada pelo Estado embora esta esteja voltada prioritariamente para a definição das áreas (dentro de Gleba) destinadas à concessão florestal. A desconsideração por parte do Estado das necessidades das comunidades prejudicadas nesse processo levou o CITA e a liderança comunitária a se posicionarem contra o avanço do desmatamento, pressionando o Governo Federal para a demarcação de seu território.

O Grupo Técnico da FUNAI, que realiza os estudos antropológicos necessários para a identificação e delimitação da Terra Indígena, finalizou, em 2004, o “Relatório de Levantamento Preliminar das Comunidades do Rio-Arapiuns e Baixo Tapajós”, dando continuidade com a criação do Grupo de Estudo Antropológico Terra Indígena Maró. No relatório final desse estudo publicado em 2011, identifica-se uma área de 42 (quarenta e dois) mil hectares ocupados pelas etnias Borari e Arapium. Em novembro de 2014, o juiz federal José Airton Portela deu a sentença invalidando o processo

administrativo demarcação da Terra Indígena Maró ao declarar a inexistência de indígenas na Gleba Nova Olinda.

As entidades e movimentos sociais de Santarém manifestaram-se contra a determinação judicial, por meio da publicação da nota de repúdio à sentença que denuncia a violação de direitos. Nela, as organizações afirmam que a decisão da não demarcação da TI Maró contribui para a violência institucional, simbólica e para extermínio dos povos Borari/Arapium (TERRA DE DIREITOS, 2014; 2015).

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A discussão sobre os processos sócio-territoriais desencadeados em áreas específicas do estado Pará apresentam a lógica mercantil que vem sendo instalada sobre território amazônico. Verificam-se ainda as implicações de dois agentes envolvidos nos conflitos, cuja principal motivação é a apropriação territorial em cada município estudado: a elite dominante e as populações locais.

O primeiro agente representa os grupos econômicos ligados ao mercado imobiliário que abrange a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, em Belém e do setor madeireiro instalado na microrregião de Santarém. O segundo agente desse processo representa os grupos que vivem nessas regiões, especialmente, os moradores das áreas de abrangência da bacia da Estrada Nova e as comunidades indígenas da TI Maró.

O planejamento urbano de Belém tem se caracterizado por uma política voltada à consolidação do capital, por meio de ações de grandes empreendimentos, que reconfiguram áreas decadentes e precárias em revitalizadas para uso do mercado. Assim, as cidades são produzidas e administradas sob a égide do capital globalizado. Dessa forma, embora no discurso a PMB relate que PROMABEN seja uma resposta às demandas da população e vise melhorar as condições de moradia e saneamento na BHEN, o que tem se observado é o reforço dos efeitos segregativos que o próprio sistema capitalista cria e recria, produzindo a cidade formal e informal.

Em contraposição à exploração madeireira na TI Maró, os movimentos indígenas consolidam a participação e protagonismo político objetivando pressionar o poder público para a efetivação da demarcação territorial. Para isso, os grupos tradicionais incorporam novos elementos no sentido de dar visibilidade ao reconhecimento cultural através do processo de emergência étnica. Nesse processo verifica-se ainda a fragilidade do Estado em regular as terras públicas o que facilita o crescimento das práticas ilegais como esquemas de grilagem, usurpação e especulação das áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN**. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BRASIL. **Conflito fundiário Indígena – Caso da Terra Indígena Maró – Gleba Nova Olinda I, Santarém – Estado do Pará**. In: **Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação**: Análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de Conflitos Fundiários. Brasília: Ministério da Justiça/Centro de Estudos sobre o Sistema Judiciário, 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 12 de Maio de 2016.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Resistência e Mobilização dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós**. n. 1 (junho 2014) – Manaus: UEA edições, 2014.

CARDOSO et all. **A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém**: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1990 a 2000. Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 1, jun. 2007.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

CRUZ; CASTRO; SÁ. **Urbanização e Segregação Social**: Trabalho e condições de Moradia numa Metrópole da Amazônia Brasileira, Belém/PA. In: AULP, Revista Internacional em Língua Portuguesa: Cidades e Metrópoles. Lisboa, v.3, n. 23, p 193-211. 2010

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém**: o bairro da Sacramenta. 1994, 180f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT Santarém apresenta dossiê contra Cargill em audiência pública na região. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>> Acesso em: 06 julho 2015.

ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Ed. 6ª. São Paulo, HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao Problema da Habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [19--]. p. 105-182. v. 2.

FUNDAÇÃO OWSVALDO CRUZ; FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Caso Terra Indígena Maró**. Disponível em: <<http://www.terradedireitos.org.br>> Acesso em: 7 junho 2015.

GAYOSO DA COSTA, S. Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins, 1981.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. **Portos, portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)**. 2009. 187f. Dissertação (Mestrado)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PEIXOTO, Rodrigo et al. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogenese território, Estado e conflito. In: Cadernos NEAE. Vol 15, n 2. Dezembro 2012.

Reserva Extrativista: unidade de conservação: Disponível em: <[uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista](http://uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista)> Acesso: 18 março 2016.

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará**. *Rev. Katálysis*[online]. 2012, vol.15, n.1, pp. 21-31. ISSN 1414-4980.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de sociologia política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁ, Maria Elvira; GAYOSO DA COSTA, Solange; TAVARES, Lucuana O Rural-Urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, Ana Cláudia. **O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferente Olhares em perspectivas**. Belém: Fase, 2006.